



De acordo com a Resolução 456/2000, publicada em 29/11/2000. As unidades consumidoras de responsabilidade do Poder Público são :

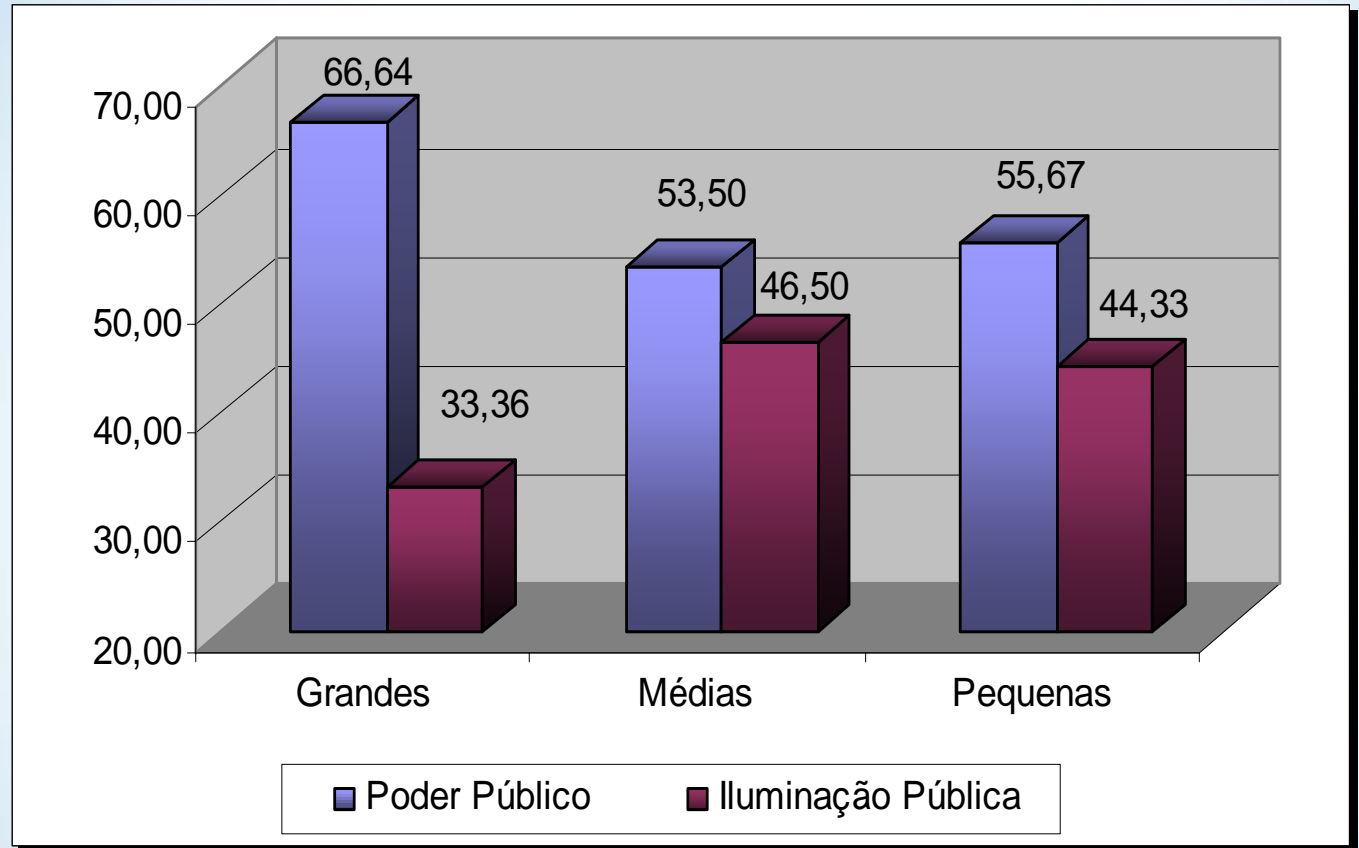
- **Poder Público** – Fornecimento para unidade consumidora onde, independentemente da atividade a ser desenvolvida, for solicitado por pessoa jurídica de direito público que assuma as responsabilidades inerentes à condição de consumidor.

Ex: Prédios de prefeituras, Secretarias, Escolas e etc.

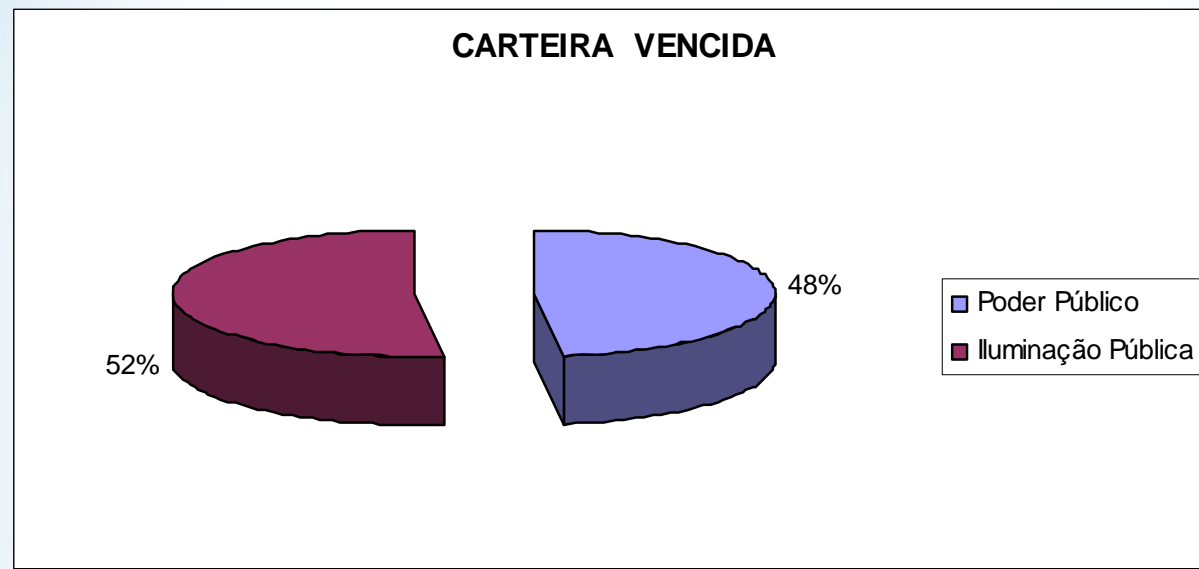
- **Iluminação Pública** – Fornecimento de ruas, praças, avenidas, túneis, passagens subterrâneas, jardins, vias, estradas, passarelas, iluminação de monumentos, fachadas, fontes luminosas e etc.
- **Serviço Público** - Fornecimento, exclusivamente, para motores, máquinas e cargas essenciais à operação de serviços públicos de água, esgoto, saneamento e tração elétrica urbana e/ou ferroviária, explorados diretamente pelo Poder Público.

Ex: Bombas d' água.

Descrição da Composição de Faturamento



Descrição da Composição de Débitos



Descrição da Composição de Débitos

Carteira Vencida			
IDADE (DIAS)	Poder Público Municipal	Iluminação Pública	Total
ATÉ 30	1.636.298,23	615.957,03	2.252.255,26
31 A 60	333.829,15	285.622,44	619.451,59
61 A 90	231.644,46	183.842,35	415.486,81
91 - 180	478.488,30	411.144,16	889.632,46
181 - 360	839.079,04	528.668,86	1.367.747,90
361 - 1800	2.122.046,61	2.038.206,84	4.160.253,45
1801 - 3600	572.291,48	1.252.608,90	1.824.900,38
> 3600	446.910,45	1.846.879,99	2.293.790,44
TOTAL	6.660.587,72	7.162.930,57	13.823.518,29

Carteira Vencida Jurídico			
IDADE (DIAS)	Poder Público Municipal	Iluminação Pública	Total
ATÉ 30	18.437,15	0,00	18.437,15
31 A 60	59.184,40	0,00	59.184,40
61 A 90	57.317,81	0,00	57.317,81
91 - 180	241.828,35	36.975,75	278.804,10
181 - 360	573.537,81	195.467,78	769.005,59
361 - 1800	1.289.429,66	1.272.004,24	2.561.433,90
1801 - 3600	417.114,44	1.251.124,98	1.668.239,42
> 3600	366.065,73	1.691.056,75	2.057.122,48
TOTAL	3.022.915,35	4.446.629,50	7.469.544,85

Convênio de Arrecadação

Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CIP)

Objetivo: Este **Convênio** tem por objeto a execução, pela **CONCESSIONÁRIA**, da arrecadação mensal da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, em nome e por conta do **MUNICÍPIO**.

Como: Será lançada na fatura de energia elétrica dos usuários do Serviço Público de Energia Elétrica, um percentual sobre o valor da Tarifa de Iluminação Pública, em MWH, fixada pelo poder concedente.

Para fazer face às despesas decorrentes dos serviços de arrecadação da CIP, a **CONCESSIONÁRIA** receberá do **MUNICÍPIO**, o correspondente a 8% por valor arrecadado . Este valor será repassado a empresa no mês subsequente ou conforme convênio firmado.

Legislação: O referido convênio é firmado através de Lei Municipal entre o município e empresa.

Rede Cidades Eficientes em Energia Elétrica (RCE)

Criada em 1998, através de parceria entre a Eletrobrás – PROCEL e o IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal).

- Objetivo : Facilitar e fortalecer o intercâmbio de informações sobre eficiência energética entre os Municípios associados.
- Missão : Promover e desenvolver competência em Gestão Energética Municipal, através da capacitação e treinamento de técnicos no combate aos desperdícios, aplicação de tecnologias adequadas e o intercâmbio de informações sobre eficiência, para que resultem em benefícios sociais, econômicos e ambientais para Municípios e sociedade.
- Atuação : Iluminação Pública, Prédios Públicos e Saneamento (Serviço Público).
- Adesão: Deve-se preencher o formulário, enviá-lo ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal e aguardar a confirmação.

A formulário de adesão é preenchido através do site www.rce.org.br



Contato

elvis.franco@redeceltins.com.br
Fone: (63) 3219 5099

